



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

PROCESSO N.º : 31.747/2008 (4 VOLUMES)

PARECER N.º : 1420/2013 – DA

EMENTA: Auditoria de Regularidade objeto do Processo nº 13.825/2007: prejuízos em face de irregularidades em locações de imóveis; irregularidades em concessões de alvarás; não ocorrência de cobrança de ONALT. Decisão nº 5.421/2008 prolatada naquele feito: determinações à SEG/DF e às Administrações Regionais de Samambaia e de Taguatinga; determinação para abertura de TCE para apuração de prejuízos decorrentes de contratos de locação de imóveis; encaminhamento de cópia de documentos ao MPDFT relativos aos contratos de locação de imóveis, falsidade de alvará e enriquecimento de particular com recursos públicos; audiência de ex-Administradores da Regional de Samambaia, de ex-Diretores da Administração Regional de Samambaia e ex-gestores da SEG/DF (membro da Diretoria Administrativa e Financeira e Subsecretários de Apoio Operacional); análise das audiências em autos apartados; e ciência dos achados de auditoria às empresas referidas no Relatório de Auditoria. Autuação do presente feito. Decisão nº 1.377/2012: revéis os Srs. Benjamim Segismundo de Jesus Roriz e Bauer Ferreira Barbosa; procedência das justificativas apresentadas pela Sra. Márcia de Sousa Machado Fernandez, em relação à emissão dos Alvarás de Construção nº 84/2005 e de Funcionamento nº 162/2005 e da Carta de Habite-se nº 13/2006 relativos ao Colégio Vital Brazil/Faculdade IESA; improcedência das demais justificativas e aplicação de penalidades (multa e inabilitação); Acórdãos nºs 55/2012, 56/2012 e 57/2012; e reabertura de prazo para que os Srs. Roberto Gonçalves Jorge e Willian Vieira Pereira apresentassem razões de justificativa. Interposição de Pedidos de Reexame. Decisão nº 3.519/2012: conhecimento dos recursos apresentados. No atual momento processual a Unidade Técnica examina o mérito dos recursos apresentados e das razões de justificativas: ocorrência de prescrição quanto à pretensão punitiva (aplicação de multa pela Corte); provimento, provimento parcial e improvimento; e improcedência das razões de justificativas. Parecer parcialmente convergente do Ministério Público de Contas. Fase de audiência não finalizada. Nesta fase processual, examina-se apenas o mérito das razões de justificativa. Improcedência. Aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da LC nº 1/94.

Versam os autos do processo em epígrafe acerca das audiências autorizadas pela Decisão nº 5.421/2008, prolatada no Processo nº 13.825/2007, cujas respostas estão sendo aqui analisadas por determinação da Corte.

2. Naqueles autos, em sede de Auditoria de Regularidade, verificou-se a ocorrência de diversas irregularidades, a teor da Decisão nº 5.421/2008, a exemplo de irregularidades em locação de imóveis, cuja documentação foi encaminhada ao MPDFT, para adoção das providências pertinentes, cujo inteiro teor, por relevante, ora transcrevo:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I. tomar conhecimento: [...]

II. tomar conhecimento da ocorrência de prováveis prejuízos ao erário em decorrência dos seguintes fatos apurados pela equipe responsável pelo procedimento fiscalizatório: 1)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

execução do Contrato nº 01/2003 - SEG, alusivo à locação do imóvel situado no Edifício Super Center Venâncio 2000 - SCS, Qd 08, Bloco B-50, 1º andar e sobrelojas, para uso da então Secretaria Extraordinária de Fiscalização das Atividades Urbanas, consoante apurado pela equipe de auditoria nos memoriais de cálculo de fls. 48, tendo por beneficiária a empresa AR Empreendimentos, Participações e Serviços Ltda. (R\$ 344.619,84) em razão de incremento no valor ajustado em decorrência de instalação de aparelhos condicionadores de ar o 1º andar; 2) execução do Contrato nº 37/2004 - SEG, alusivo à locação do imóvel situado à - SEP/N, Qd. 516, Lote 10, para uso do Governo do Distrito Federal, consoante apurado pela equipe de auditoria nos memoriais de cálculo de fls. 42, tendo por beneficiária a empresa CARLTON HOTELARIA E TURISMO LTDA (R\$ 1.686.092,79), em razão de divergência na metragem de área de garagem, sobrepreço nos valores inerentes à locação de áreas de garagem e terraço e indexador financeiro aplicado em razão de o aludido contrato denotar característica de prorrogação do Contrato nº 16/99 - SEG, mediante o qual o GDF havia locado referidas instalações anteriormente; 3) execução do Contrato de locação de imóvel ao Distrito Federal nº 006/2004, situado na QN 512, Conjunto 3, Lotes 1 a 5, para servir de sede provisória para a Administração Regional de Samambaia, consoante apurado pela equipe de auditoria nos §§ 153 a 166 e valor indicado no §§ 167, tendo por beneficiário o Sr. Alexandre Ramos Lima (R\$ 317.784,58) em razão do pagamento de aluguel por 11 meses sem que as instalações locadas fossem ocupadas pela RA XII e dos valores despendidos na reforma das instalações locadas que não foram deduzidos nos valores devidos pela Administração de Samambaia em decorrência do citado ajuste;

III. [...];

IV. determinar à Corregedoria-Geral do DF, órgão que abriga a Supervisão de Tomadas de Contas Especial do GDF (parágrafo único, art. 16, do Decreto nº 27.591, de 01/01/07), com fulcro no art. 1º, §§ 3º, 4º e 7º, da Resolução TCDF 102/98, que: 1) promova a abertura de procedimento de tomada de contas especial na Secretaria de Governo do DF para apurar responsáveis pelos prejuízos decorrentes da contratação e da execução do objeto do Contrato 37/2004-SEG inerentes à locação de área no Edifício Carlton Center - SEP/N, Qd. 516 Norte, lote 10, para uso do Governo do Distrito Federal; 2) promova a abertura de procedimento de tomada de contas especial na Administração Regional de Samambaia, para apurar responsáveis pelos prejuízos decorrentes da execução do contrato de locação de imóvel ao Distrito Federal nº 006/2004 situado na QN 512, Conjunto 3, Lotes 1 a 5, para uso daquela RA XII; 3) dê ciência a esta Corte de Contas das medidas adotadas em relação aos itens "a" e "b" retro, no prazo de 30 (trinta) dias;

V. [...];

VI. [...];

VII. autorizar o encaminhamento ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios de cópia das informações alusivas aos fatos abordados no item II, 1 a 3, para a competente apuração das possíveis irregularidades ocorridas naqueles ajustes, nos termos da Decisão Administrativa TCDF nº 06/2006, tendo em conta a possibilidade de que os atos praticados pelos dirigentes citados nos parágrafos 40, 58 e 161 possam ser tipificados nos termos do art. 10, incs. I, V e XII, da Lei 8.429/92, bem assim quanto aos fatos a que se referem os parágrafos 142/143 (falsidade do alvará de funcionamento nº 015/2007) e 163/164 (enriquecimento de particular com recursos do erário), do Relatório de Auditoria nº 1/08;

VIII. autorizar: 1) a audiência da ex-Administradora Regional de Samambaia/DF Sra. Márcia de Sousa Machado Fernandez, para, no prazo de 30 (trinta) dias, e tendo em conta o disposto nos arts. 157, II, e 60, da LC 1/94, apresentar justificativas acerca dos seguintes fatos constatados no Relatório de Auditoria 1/08: emissão dos Alvarás de Construção



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

84/2005 e de Funcionamento 162/2005 e da Carta de Habite-se 13/2006 relativos ao Colégio Vital Brazil/Faculdade IESA; emissão dos Alvarás de Construção 67/04 e de Funcionamento 398/04, relativos ao Posto de Gasolina localizado no Lote 2, Conjunto 7, da QS 305, Samambaia/DF, sem o recolhimento da ONALT; emissão do Alvará de Construção 39/2005, para construção do Posto de Combustíveis localizado na QN 433, Conjunto G, Lote 1, Samambaia/DF, em desacordo com o PDL local; emissão dos Alvarás de Construção 165/2005, em desacordo com o artigo 110 da LC 370/2001 - PDL de Samambaia, a LC 294/2000 e o Decreto 23.776/2003, e de Funcionamento 238/2006, em desacordo com o artigo 2º da Lei 1.171/96 (constando débito com a fiscalização) com a LC 294/2000 e com o Decreto 23.776/2003 (sem recolhimento da ONALT); emissão do Alvará de Construção 299/2004 e a Carta de Habite-se 30/2004, referentes ao imóvel situado na QN 512, Conjunto 3, Lotes 1 a 5, Samambaia/DF, contrários aos ditames legais aplicáveis à espécie, por exemplo, em desacordo com o projeto original e pelos atos decorrentes do aluguel do imóvel inerente ao Contrato de Locação nº 06/2004 situado na QN 512, Conjunto 3, Lotes 1 a 5, Samambaia/DF, tendo em conta as questões abordadas nos §§ 153 a 160 do citado relatório de auditoria; 2) a audiência do ex-Diretor de Licenciamento da Administração Regional de Samambaia/DF Sr. Olivan de Sousa Queiroz Júnior, para, no prazo de 30 (trinta) dias e tendo em conta o disposto nos arts. 57, II, e 60, da LC 1/94, apresentar justificativas acerca dos seguintes fatos constatados no Relatório de Auditoria 1/08: emissão dos Alvarás de Construção 84/2005 e de Funcionamento 162/2005 e da Carta de Habite-se 13/2006, relativos ao Colégio Vital Brazil/Faculdade IESA; emissão dos Alvarás de Construção 67/04 e de Funcionamento 398/04, relativos ao Posto de Gasolina localizado no Lote 2, Conjunto 7, da QS 305, Samambaia/DF, sem o recolhimento da ONALT; emissão do Alvará de Construção 39/2005 para construção do Posto de Combustíveis localizado na QN 433, Conjunto G, Lote 1, Samambaia/DF, em desacordo com o PDL local; emissão dos Alvarás de Construção 165/2005, em desacordo com o artigo 110 da LC 370/2001 - PDL de Samambaia, a LC 294/2000 e o Decreto 23.776/2003, e de Funcionamento 238/2006, em desacordo com o artigo 2º da Lei 1.171/96 (constando débito com a fiscalização), com a LC 294/2000 e com o Decreto 23.776/2003 (sem recolhimento da ONALT), referentes ao Posto de Combustíveis localizado na QS 517, Conjunto E, Lote 1, Samambaia/DF; emissão do Alvará de Construção 299/2004 e da Carta de Habite-se 30/2004, referentes ao imóvel situado na QN 512, Conjunto 3, Lotes 1 a 5, Samambaia/DF, contrários aos ditames legais aplicáveis à espécie, por exemplo, em desacordo com o projeto original; 3) a audiência do ex-Administrador Regional de Samambaia Sr. Francisco Antônio da Silva, para, no prazo de 30 dias, e tendo em conta o disposto no art. 57, II, da LC 1/94, apresentar justificativas acerca da emissão dos Alvarás de Construção 67/04 e de Funcionamento 398/04, relativos ao Posto de Gasolina localizado no Lote 2, Conjunto 7, da QS 305, Samambaia/DF, sem o recolhimento da ONALT, com vistas à aplicação da multa prevista no inciso II, artigo 57, da Lei Complementar nº 01, de 09/05/94; 4) a audiência do ex- Administrador Regional de Samambaia Sr. Roberto Gonçalves Jorge, e do então Diretor Regional de Licenciamento-respondendo, Sr. Willian Vieira Pereira, para, no prazo de 30 dias, e tendo em conta o disposto no art. 57, II, da LC 1/94, apresentarem justificativas pela emissão do Alvará de Construção 434/2002, referente ao Posto de Combustíveis localizado na QS 519, Conjunto D, Lote 1, Samambaia/DF, contrário a parecer da Procuradoria-Geral e por não haver Lei Complementar autorizando a mudança de destinação da área; 5) a audiência do ex-Diretor da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos/RA XII Sr. Luiz Antonio Junqueira, para, no prazo de 30 dias, e tendo em conta o disposto no art. 57, II, da LC 1/94, apresentar justificativas por ter aprovado o projeto para construção do Posto de Combustíveis localizado na QN 433, Conjunto G, Lote 1, Samambaia/DF, em desacordo com o PDL local; por ter aprovado o projeto de construção, referente ao Posto de Combustíveis localizado na QS 517, Conjunto E, Lote 1, Samambaia/DF, sem o cumprimento das exigências constantes da consulta



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

prévia, conforme Notificação nº 542/03; 6) a audiência do ex-Diretor Geral de Administração/RA XII Sr. Irã Oliveira Coutinho, para, no prazo de 30 dias, e tendo em conta o disposto no art. 57, II, e 60, da LC 1/94, apresentar justificativas acerca dos fatos decorrentes da locação do aluguel do imóvel inerente ao Contrato de Locação nº 06/2004, situado na QN 512, Conjunto 3, Lotes 1 a 5, Samambaia/DF, tendo em conta as questões abordadas nos §§ 153 a 160 do Relatório de Auditoria nº 1/08; 7) a audiência do ex-Diretor da Diretoria Administrativo-Financeira/SE Sr. Sidney Batista Lima e do ex-Secretário de Governo do Distrito Federal, Sr. Benjamim Segismundo de Jesus Roriz, para, no prazo de 30 dias, e tendo em conta o disposto no art. 57, II e III, da LC 1/94, apresentarem justificativas quanto aos fatos relacionados ao Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 001/2003 - SEG, conforme apurado nos parágrafos 47 a 58 do Relatório de Auditoria nº 1/08; 8) a audiência dos ex-Subsecretários de Apoio Operacional da SEG/DF Srs. Bauer Ferreira Barbosa e Ibrahim Farah Neto e do ex-Secretário de Governo do Distrito Federal Sr. Benjamim Segismundo de Jesus Roriz, para, no prazo de 30 dias, e tendo em conta o disposto no art. 57, II e III, da LC 1/94, apresentarem justificativas quanto aos fatos relacionados ao Contrato 37/2004, conforme consignado nos parágrafos 12 a 40 do Relatório de Auditoria nº 1/08;

IX. autorizar a formação de novo processo, vinculado ao mesmo Relator, para análise das respostas encaminhadas em atenção às audiências propugnadas nas alíneas "1" a "8" do item VIII retro, acostando-se ao referido feito cópia do Relatório de Auditoria nº 1/08- Divisão de Auditoria da 1ª ICE, do Parecer nº 0726/08-IMF, do relatório/voto do Relator e desta deliberação;

X. [...];

XI. [...];

XII. autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências decorrentes desta decisão.

3. Autuado o presente feito e expedidas as respectivas comunicações de audiência, fls. 114/130, a Corte, mediante Decisão nº 1.377/2012, deliberou:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I - tomar conhecimento dos documentos às fls. 114/447 e Anexo I;

II - considerar procedentes as justificativas apresentadas pela Sra. Márcia de Sousa Machado Fernandez, em relação à emissão dos Alvarás de Construção nº 84/2005 e de Funcionamento nº 162/2005 e da Carta de Habite-se nº 13/2006 relativos ao Colégio Vital Brazil/Faculdade IESA;

III - considerar improcedentes as justificativas apresentadas: a) pela Sra. Márcia de Sousa Machado Fernandez, em relação à: 1) emissão dos Alvarás de Construção nº 67/04 e de Funcionamento nº 398/04, relativos ao Posto de Gasolina localizado no Lote 2, Conjunto 7, da QS 305, Samambaia/DF, sem o recolhimento da ONALT; 2) emissão do Alvará de Construção nº 39/2005, para construção do Posto de Combustíveis localizado na QN 433, Conjunto G, Lote 1, Samambaia/DF, em desacordo com o PDL local; 3) emissão do Alvará de Construção nº 165/2005, em desacordo com o art. 110 da LC nº 370/2001 - PDL de Samambaia, a LC nº 294/2000 e o Decreto nº 23.776/2003, e de Funcionamento nº 238/2006, em desacordo com o art. 2º da Lei nº 1.171/96 (constando débito com a fiscalização) com a LC nº 294/2000 e com o Decreto nº 23.776/2003 (sem recolhimento da ONALT); 4) emissão do Alvará de Construção nº 299/2004 e da Carta de Habite-se nº 30/2004, referente ao imóvel situado na QN 512, Conjunto 3, Lotes 1 a 5, Samambaia/DF, contrária aos ditames legais aplicáveis à espécie; 5) locação e reforma do imóvel situado na QN 512, Conjunto 3, Lotes 1 a 5, Samambaia/DF; b) pelo Sr. Olivan de Sousa Queiroz Júnior em relação à: 1) emissão dos Alvarás de Construção nº 84/2005 e de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Funcionamento nº 162/2005 e da Carta de Habite-se nº 13/2006, relativos ao Colégio Vital Brazil/Faculdade IESA; 2) emissão dos Alvarás de Construção nº 67/04 e de Funcionamento nº 398/04, relativos ao Posto de Gasolina localizado no Lote 2, Conjunto 7, da QS 305, Samambaia/DF, sem o recolhimento da ONALT; 3) emissão do Alvará de Construção nº 39/2005, para construção do Posto de Combustíveis localizado na QN 433, Conjunto G, Lote 1, Samambaia/DF, em desacordo com o PDL local; 4) emissão dos Alvarás de Construção nº 165/2005, em desacordo com o art. 110 da LC nº 370/2001 - PDL de Samambaia, a LC nº 294/2000 e o Decreto nº 23.776/2003, e de Funcionamento nº 238/2006, em desacordo com o art. 2º da Lei nº 1.171/96 (constando débito com a fiscalização), com a LC nº 294/2000 e com o Decreto nº 23.776/2003 (sem recolhimento da ONALT), referentes ao Posto de Combustíveis localizado na QS 517, Conjunto E, Lote 1, Samambaia/DF; 5) emissão do Alvará de Construção nº 299/2004, referente ao imóvel situado na QN 512, Conjunto 3, Lotes 1 a 5, Samambaia/DF, contrária aos ditames legais aplicáveis à espécie; c) pelo Sr. Francisco Antônio da Silva, em relação à emissão dos Alvarás de Construção nº 67/04 e de Funcionamento nº 398/04, relativos ao Posto de Gasolina localizado no Lote 2, Conjunto 7, da QS 305, Samambaia/DF, sem o recolhimento da ONALT; d) pelo Sr. Luiz Antônio Junqueira, em relação à: 1) aprovação do projeto para construção do Posto de Combustíveis localizado na QN 433, Conjunto G, Lote 1, Samambaia/DF, em desacordo com o PDL local; 2) aprovação do projeto de construção, referente ao Posto de Combustíveis localizado na QS 517, Conjunto E, Lote 1, Samambaia/DF, sem o cumprimento das exigências constantes da consulta prévia, conforme Notificação nº 542/03; e) pelo Sr. Sidney Batista Lima, em relação à assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2003 - SEG, em afronta ao art. 65 da Lei nº 8.666/93; f) pelo Sr. Irã Oliveira Coutinho, em relação ao Contrato de Locação nº 06/2004 e reforma do imóvel situado na QN 512, Conjunto 3, Lotes 1 a 5, Samambaia/DF; g) pelo Sr. Ibrahim Farah Neto pela pesquisa de preços deficiente para justificar reajuste no valor do Contrato de Locação nº 37/2004;

IV - considerar revéis os Srs. Benjamim Segismundo de Jesus Roriz e Bauer Ferreira Barbosa;

V - conceder novo prazo, de 30 (trinta), para que os Srs. Roberto Gonçalves Jorge e Wilian Vieira Pereira apresentem justificativas pela emissão do Alvará de Construção nº 434/2002, referente ao Posto de Combustíveis localizado na QS 519, Conjunto D, Lote 1, Samambaia/DF, sem o recolhimento da ONALT ou, querendo, a fim de comprovar o já alegado, encaminhem ao Tribunal documentos hábeis que comprovem a suposta falsificação, tais como, por exemplo, exames grafotécnicos, Boletim de Registro de Ocorrência Policial, etc.;

VI - aplicar aos responsáveis nomeados no item III as penalidades previstas nos art. 57, II e III e 60 da LC nº 1/94, na forma dos acórdãos apresentados pelo Relator;

VII - aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator;

VIII - autorizar o retorno dos autos à 3ª Divisão de Auditoria, para as providências pertinentes. A Conselheira ANILCÉIA MACHADO deixou de atuar nos autos, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC.

4. A Corte, por intermédio da Decisão nº 3.519/2012, tomou conhecimento dos recursos de “fls. 570/576, 577/589, 591/597, 599/602, 607/616, 617/631 e 632/635, interpostos pelos Senhores Sidney Batista Lima, Bauer Ferreira Barbosa, Ibrahim Farah Neto, Irã Oliveira Coutinho, Francisco Antonio da Silva, Márcia de Souza Machado Fernandez e Benjamim Segismundo de Jesus Roriz, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 1/94 e do art. 188, II, “a”, e art. 189 do RITCDF, conferindo efeito suspensivo às deliberações contidas nos Acórdãos nºs 55/2012 (fls. 548), 56/2012 (fl. 550) e



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

57/2012 (fls. 551), no que diz respeito aos recorrentes; II. autorizar: a. a ciência dos recorrentes e da Secretaria de Estado de Governo sobre o conhecimento dos pedidos de reexames interpostos, nos termos do disposto no § 2º do art. 4º da Resolução 183/07, com o alerta de que os recursos ainda carecem de apreciação de mérito; b. o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para as providências pertinentes”.

5. Os Srs. Roberto Gonçalves Jorge e Willian Vieira Pereira, em face do novo prazo, apresentaram razões de justificativa e documentos anexos, respectivamente, fls. 656/663 e fls. 654/655.

6. Os Srs. Olivan de Sousa Queiróz Júnior e Luiz Antônio Junqueira não interpuseram recurso.

7. Na sequência, a Unidade Técnica examinou os sobreditos recursos e as razões de justificativa.

8. Respeitante às razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Willian Vieira Pereira (respondendo pelo Diretor da Divisão Regional de Licenciamento) acerca da emissão do Alvará de Construção nº 434/2002 – Suposta falsificação de assinatura, a Unidade Técnica destacou que o responsável apresentou reconhecimento de firma pelo Cartório do 7º Ofício de Samambaia, datado de 30 de maio de 2012 com cópia do referido alvará (fls. 654/655), como forma de comprovar a falsificação de sua assinatura. Todavia, via contato telefônico com o referido cartório obteve-se a informação de que o registro de firma (assinatura) do responsável foi realizado em **12.06.2009**, o que não comprovaria a divergência da assinatura realizada à data de **22.08.2002**. Ademais, não foram apresentados outros documentos hábeis que comprovem a suposta falsificação, como, por exemplo, exames grafotécnicos, Boletim de Ocorrência Policial, etc, conforme prescrito no item V da Decisão nº 1.377/12.

9. Todavia, não obstante entender que, no mérito, as razões de justificativas devem ser rejeitadas, sugeriu ao e. Tribunal considerar prescrita a possibilidade de sanção quanto a esse ato praticado em 22.08.02 e impugnado mediante Decisão nº 5.421/2008, de 04.09.2008, por ter ultrapassado o interstício temporal de 5 (cinco) anos. A respeito, eis a manifestação da Unidade Técnica:

52. Considerando que o § 5º do artigo 37 da CF/88 dispõe que a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento e que a LC 1/94 (Lei Orgânica do TCDF) não estabeleceu prazo nem demais providências sobre prescrição na aplicação de suas normas, procedeu-se análise por meio de outras normas jurídicas equivalentes, jurisprudência e doutrina para resolução do caso concreto ora em apreciação.

53. Por meio da EC nº 45/04, a Constituição Federal passou a prever explicitamente o direito à razoável duração do processo, inclusive os de natureza administrativa, conforme art. 5º, LXXVIII da CF/88.

54. Segundo jurisprudência do STF, prescritibilidade é a regra e imprescritibilidade é exceção, que deve ser expressa:

‘em matéria de prescrição em nosso sistema jurídico, inclusive no terreno do direito disciplinar, não há que se falar em “jus singulare”, uma vez que a regra é a da prescritibilidade” (MS 20.069, rel. Min. Moreira Alves, RDA 135/78).

“Se o princípio é a prescritibilidade, é a imprescritibilidade que depende de norma expressa, e não o inverso” (RT 779/117).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

55. No Mandado de Segurança 26.210-9/DF, da relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, é reconhecido que ação de ressarcimento ao Erário não prescreve, porém a apuração e punição de ilícito administrativo prescreve perante inércia do poder público:

“Se a Administração não toma providência à sua apuração e à responsabilização do agente, a sua inércia gera a perda do seu ius persequendi ...Vê-se, porém, que há uma ressalva ao princípio. Nem tudo prescreverá. Apenas a apuração e punição do ilícito, não, porém, o direito da administração ao ressarcimento, à indenização, do prejuízo causado ao erário. É uma ressalva constitucional e, pois, inafastável, mas, por certo, destoante dos princípios jurídicos, que não socorrem quem fica inerte (dormientibus non succurrit ius)”

56. No processo REO 200440000038537, do TRF 1, de relatoria do Juiz Federal Alexandre Jorge Fontes Laranjeira, assim foi disposto:

“...1. A pretensão de ressarcimento por prejuízo causado ao Erário é imprescritível. Por decorrência lógica, tampouco prescreve a Tomada de Contas Especial no que tange à identificação dos responsáveis por danos causados ao Erário e à determinação do ressarcimento do prejuízo apurado (STJ, no Resp 894539/PI). 2. Diferente solução se aplica ao prazo prescricional para a instauração da Tomada de Contas no que diz respeito à aplicação da multa prevista nos arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992. Em relação à imposição da penalidade, incide, em regra, o prazo quinquenal (STJ, no Resp 894539/PI).”

57. Entende-se que a aplicação de instituto da prescrição no ambiente dos Tribunais de Contas é ferramenta da segurança jurídica, sendo que, nos termos do disposto no art. 37, § 5º, e art. 5º, incs. XLII e XLIV, da Constituição da República de 1984, a imprescritibilidade é regra excepcional e aplicável somente às previsões constitucionais.

58. Observamos que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo reconhece, aceita e aplica a prescrição do direito de aplicar multa:

"ATA DA 2.057ª SESSÃO (ORDINÁRIA) – Tribunal de Contas do Município de São Paulo – (...) A esse propósito o Supremo Tribunal Federal já decidiu que "a regra é a prescritibilidade" e que esta ocorre no prazo de quatro anos para as penalidades disciplinares do funcionalismo federal. Entendemos que, quando a lei não fixa o prazo da prescrição administrativa, esta deve ocorrer em cinco anos, à semelhança da prescrição das ações pessoais contra a Fazenda Pública (Decreto 20.910/32), das punições dos profissionais liberais, (Lei 6.838/80) e para cobrança do crédito tributário (Código Tributário Nacional, art. 174)" (Direito Administrativo Brasileiro, RT, 16.ª edição, 1991, pág. 577)." (grifamos)

59. Reconhecidos doutrinadores do Direito Administrativo adotam a mesma posição aqui defendida, são eles: Profº Celso BASTOS e Prof.ª Lúcia Vale Figueiredo, a qual leciona que:

"assim como as ações contra a Administração Pública devem respeitar o prazo prescricional de cinco anos, também entendemos que a invalidação do ato não se possa dar em maior prazo".

60. Na mesma linha, o atual código civil institui regra clara quanto ao início da contagem de prazo prescricional:

“art. 189 Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue pela prescrição, nos prazos a que aludem os artigos 205 e 206”.

61. Segundo a Ministra Eliana Calmon no processo REsp 1003955 RS 2007/0263272-5:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

“Conta-se, pois, o prazo prescricional a partir da ocorrência da lesão, sendo irrelevante seu conhecimento pelo titular do direito.”.

62. Na doutrina, lições de Alan Martins e Antonio Borges de Figueiredo preceituam que o início de contagem de prescrição deve ser a data do ato irregular e não a data de conhecimento da violação, a não ser em casos expressos em normas específicas, in verbis:

“Portanto, agora, somente se conta a prescrição a partir da data do conhecimento da violação em situações excepcionalmente expressas em normas específicas, como é o caso das pretensões excepcionalmente expressas em normas específicas...”

63. Considerado estabelecido o termo inicial de prazo prescricional, cabe analisar a questão da interrupção de prescrição. No ordenamento jurídico brasileiro, encontram-se normas que relacionam a interrupção prescricional ao instituto da citação do responsável, que embora não aplicável diretamente a esta Corte, pode ser utilizado por analogia para suprir lacuna legal:

“Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;” (Lei nº 10.406/02 – Código Civil)

64. Não obstante o artigo anterior faça referência a dispositivo do Código Processual Civil, e o dispositivo processual afirme que a citação interrompe a prescrição, sendo que a interrupção retroage à data da propositura da ação. Entende-se que quando o Código Civil diz que a interrupção da prescrição se dá por despacho do juiz que ordenar a citação se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, está determinando que o autor tome todas as providências que lhe pertençam para que se concretize o referido ato, aplicando-se, neste diapasão, o artigo 219, § 2º, do Código de Processo Civil.

65. Pelo exposto, afigura-se adequada a lição de Carlos Roberto Gonçalves, segundo o qual o efeito interruptivo decorre da citação válida, que retroagirá à data do despacho, se promovida no prazo e na forma estabelecida no Código de Processo Civil.

66. Deve-se considerar ainda, que por critérios objetivos, o atual Código Civil é posterior ao Código de Processo Civil. Logo, a vontade última do legislador foi que a interrupção da prescrição ocorra nos moldes do CC.

67. Diante do exposto, o artigo 202, I, do Código Civil deve ser tomado em sua literalidade, de tal sorte que a interrupção da prescrição, atualmente, decorre da citação válida e retroage à data do despacho do juiz. Para efeito deste Tribunal, a decisão que determina a audiência/citação corresponde ao despacho do juiz.

68. Acrescenta-se que o STJ, no Agravo Regimental no Recurso especial 2010/0194742-1 (fls. 667/668), de relatoria do Ministro Cesar Asfor Rocha, reconhece a prescrição até para as sanções em ações de improbidade administrativa, com exceção da reparação do dano, in verbis:

“Decretada a prescrição apenas em relação às sanções, admite-se o prosseguimento da ação de improbidade quanto ao pedido de reparação de danos.”

69. Muitos outros acórdãos do STJ (fls. 670/684) tratam do assunto reconhecendo a prescrição para sanções administrativas, equiparadas à multa.

70. Ressalte-se, novamente, que não se trata de proposta de aplicação de referidos normativos por este Tribunal, mas da utilização da técnica de integração de normas jurídicas, que consiste em procurar uma proposição jurídica que possa suprir uma lacuna da lei ou uma vontade insuficientemente manifestada. E, dentro os meios de integração a



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

serem utilizados na resolução do caso concreto, o primeiro a ser aplicado é a analogia, que incide na aplicação a uma hipótese não prevista em lei, de disposição estabelecida para casos semelhantes.

71. No sentido de reforçar o entendimento exposto nesta instrução expõe-se o Acórdão do STJ proferido no Agravo de Instrumento nº 1.049.451 – SP (2008/0108429-6) (fls. 665/666) referente aplicação de penalidade administrativa de multa:

“PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO – AGRAVO REGIMENTAL – COBRANÇA DE MULTA PELO ESTADO – PRESCRIÇÃO – RELAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO – CRÉDITO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA – INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO CIVIL E DO CTN – DECRETO 20.910/32 – PRINCÍPIO DA SIMETRIA.

1. Se a relação que deu origem ao crédito em cobrança tem assento no Direito Público, não tem aplicação a prescrição constante do Código Civil.
2. Uma vez que a exigência dos valores cobrados a título de multa tem nascedouro num vínculo de natureza administrativa, não representando, por isso, a exigência de crédito tributário, afasta-se do tratamento da matéria a disciplina jurídica do CTN.
3. Incidência, na espécie, do Decreto 20.910/32, porque à Administração Pública, na cobrança de seus créditos, deve-se impor a mesma restrição aplicada ao administrado no que se refere às dívidas passivas daquela. Aplicação do princípio da igualdade, corolário do princípio da simetria.
4. Agravo regimental não provido.”

72. Para finalizar esta análise, destaque-se novamente que a CF/88 concedeu oportunidade de as Cortes de Contas estabelecerem prazos e regras sobre prescrição de sua intenção de aplicar penalidade de multa. Se, por qualquer motivo, não foram estabelecidas essas diretrizes, não pode o responsável ficar sem resguardo de direitos fundamentais que lhe são garantidos pela CF/88. Se assim for, ficam totalmente prejudicados princípios como segurança jurídica, devido processo legal e eficiência.

73. Conforme publicação no DODF nº 120, de 25 de junho de 2003 (fl. 664), o Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2003 foi firmado em 20 de maio de 2003. O Relatório de Auditoria nº 1/08 (fls. 01/65), que relatou as irregularidades apresentadas nos autos, foi finalizado em 22.01.08. Após apreciação plenária, em 04.09.08 foi prolatada a Decisão nº 5421/08, determinando a audiência dos responsáveis. Nota-se que, nos termos da Comunicação de Audiência nº 320/08-1ª ICE (fls. 126), datada de 28.11.08, o Sr. Benjamim Roriz foi comunicado em 09.12.08.

74. Diante do entendimento exposto, entende-se aplicável, no presente caso, a prescrição do direito de esta Corte imputar aos responsáveis a penalidade de multa em decorrência da assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2003 - SEG, em afronta ao art. 65 da Lei nº 8.666/93, uma vez, que da data do ato (20.05.03) até a data Decisão nº 5421/08 (04.09.08), houve um interstício temporal de mais 5 anos. (sublinhei)

10. Respeitante às razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Roberto Gonçalves Jorge (ex-Administrador Regional de Samambaia) acerca da emissão do Alvará de Construção nº 434/2002 – Suposta falsificação de assinatura, a Unidade Técnica destacou que não merecem prosperar as alegações do responsável no sentido de que era de responsabilidade da Divisão de Licenciamento de Obras o acompanhamento de todo o processo de concessão de alvarás, pressupondo a exatidão e a legalidade da documentação o Administrador, sem ao menos folhear todo o processo, assinava o alvará. Isso porque, na hipótese vertente, o alvará era para construção de posto de abastecimento de combustível e a exigência básica era a



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

verificação do recolhimento da ONALT. Ademais, ao “*visar os alvarás de construção, cartas de habite-se, licenças de obras públicas e alvará de funcionamento a título precário, expedidos pelo diretor responsável, conforme decreto nº 16.247/94, o gestor deve verificar o cumprimento de todas as formalidades legais, inclusive o pagamento de ODIR e ONALT, cuja cobrança é de responsabilidade de outro órgão do GDF*”.

11. Todavia, não obstante entender que, no mérito, as razões de justificativas devem ser rejeitadas, sugeriu ao e. Tribunal considerar prescrita a possibilidade de sanção quanto a esse ato praticado em 22.08.02 e impugnado mediante Decisão nº 5.421/2008, de 04.09.2008, por ter ultrapassado o interstício temporal de 5 (cinco) anos, a exemplo do caso precedente.

12. Finalizando, em relação à razões de justificativas, sugeriu ao e. Tribunal que “*considere prescrita a possibilidade de aplicação de multa, embora tenham sido rejeitadas as Razões de Justificativa apresentadas pelos responsáveis elencados no § 84 desta Informação*”.

13. Encaminhado o feito ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer, passo a analisar o feito ressaltando que, nesta fase processual, este representante Ministerial examinará apenas o mérito das razões de justificativa. É que a Corte, por meio da Decisão nº 1.377/2012 supratranscrita, a par de considerar revéis os Srs. Benjamim Segismundo de Jesus Roriz e Bauer Ferreira Barbosa, por não terem atendido a audiência autorizada por meio da Decisão nº 5.421/2008, aplicou aos responsáveis as penalidades previstas nos art. 57, II e III e 60 da LC nº 1/94, na forma dos acórdãos apresentados pelo Relator, Conselheiro Ronaldo Costa Couto, razão pela qual houve a interposição de recursos já conhecidos pela Corte (Decisão nº 3.519/2012).

14. Entretanto, também concedeu novo prazo, de 30 (trinta), para que os Srs. Roberto Gonçalves Jorge e Wilian Vieira Pereira apresentassem “*justificativas pela emissão do Alvará de Construção nº 434/2002, referente ao Posto de Combustíveis localizado na QS 519, Conjunto D, Lote 1, Samambaia/DF, sem o recolhimento da ONALT ou, querendo, a fim de comprovar o já alegado, encaminhem ao Tribunal documentos hábeis que comprovem a suposta falsificação, tais como, por exemplo, exames grafotécnicos, Boletim de Registro de Ocorrência Policial, etc.*”, cujo mérito também foi analisado pela Unidade Técnica.

15. Note-se que, com a reabertura de prazo para que os senhores nominados no parágrafo precedente apresentassem razões de justificativa, a fase de defesa ainda não se encerrou. Nesse contexto, entendo que a decisão que sobrevier acerca das razões de justificativa poderá ser prejudicial às decisões já prolatadas, podendo influir, também, no mérito dos recursos interpostos, razão pela qual se impõe o exame apenas das razões de justificativa, devendo os autos ser redistribuído a Relator diverso quando do exame do mérito dos recursos interpostos.

16. No mérito, o Ministério Público de Contas concorda com as considerações externadas pela Unidade Técnica. De fato, o Sr. Willian Vieira Pereira não logrou êxito em comprovar que houve a falsificação de sua assinatura, tendo o Corpo Instrutivo confirmado que a assinatura indicada como sendo a utilizada pelo justificante foi registrada em cartório apenas em 12.06.2009, longo tempo após a data de ocorrência dos fatos, 27.08.2002.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

17. Também as justificativas apresentadas pelo Sr. Roberto Gonçalves Jorge (ex-Administrador Regional de Samambaia) acerca da emissão do Alvará de Construção nº 434/2002 – Suposta falsificação de assinatura, não merecem prosperar. As alegações de que a responsabilidade pelo acompanhamento de todo o processo de concessão de alvarás era apenas da Divisão de Licenciamento de Obras não encontra guarida.

18. O gestor tem o dever de zelar pela coisa pública. Ao apor sua assinatura no sobredito alvará, pressupondo a exatidão e a legalidade da documentação, sem ao menos folhear todo o processo, assumiu o risco de visar eventuais irregularidades constantes do processo. Na hipótese vertente, o alvará era para construção de posto de abastecimento de combustível e a exigência básica era a verificação do recolhimento da ONALT, procedimento bastante simples. Ademais, como bem destacado pela Unidade Técnica, ao “*visar os alvarás de construção, cartas de habite-se, licenças de obras públicas e alvará de funcionamento a título precário, expedidos pelo diretor responsável, conforme decreto nº 16.247/94, o gestor deve verificar o cumprimento de todas as formalidades legais, inclusive o pagamento de ODIR e ONALT, cuja cobrança é de responsabilidade de outro órgão do GDF*”.

19. Noutro giro, exsurge dos autos questão atinente à prescrição da pretensão de a Corte aplicar penalidades, uma vez que transcorridos mais de cinco anos entre a data de ocorrência dos fatos e a data em que foi prolatada a Decisão nº 5.421/2008, que determinou a audiência dos responsáveis. Sobre a questão, aplicação de penalidades pelo Tribunal de Contas, à mingua de legislação específica sobre o tema, em âmbito próprio, diversos os pontos a serem esclarecidos.

20. O primeiro diz respeito a sua ocorrência. Vale registrar que, em diversas oportunidades, já manifestei entendimento no sentido de que “*os ilícitos praticados por agentes públicos, decorrentes de atos praticados com dolo ou culpa, em que resultem prejuízos ao erário não são atingidos pela prescrição contida no § 5º do artigo 37 da Constituição Federal, devendo o Poder Público buscar a qualquer tempo o ressarcimento do dano, utilizando-se dos meios cabíveis e postos a sua disposição, seja na esfera administrativa ou judicial*”.

21. Todavia, no tocante à aplicação de penalidades, com lastro no princípio da segurança jurídica e no texto constitucional (além das ações de ressarcimento, traz apenas duas exceções à regra geral: a prática de racismo e a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático), a regra é a prescritibilidade e a exceção a imprescritibilidade. Sobre a questão já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL Nº 894.539 - PI (2006/0229288-1)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RECORRENTE : UNIÃO

RECORRIDO : MARCOS PATRÍCIO NOGUEIRA

ADVOGADO : MARCOS PATRICIO NOGUEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA)

ADMINISTRATIVO. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. DANO AO ERÁRIO. RESSARCIMENTO. IMPRESCRITIBILIDADE. MULTA. PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL. ART. 1º DA LEI 9.873/1999. INAPLICABILIDADE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

1. A pretensão de ressarcimento por prejuízo causado ao Erário é imprescritível. Por decorrência lógica, tampouco prescreve a Tomada de Contas Especial no que tange à identificação dos responsáveis por danos causados ao Erário e à determinação do ressarcimento do prejuízo apurado. Precedente do STF.

2. Diferente solução se aplica ao prazo prescricional para a instauração da Tomada de Contas no que diz respeito à aplicação da multa prevista nos arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992. Em relação à imposição da penalidade, incide, em regra, o prazo quinquenal.

3. Inaplicável à hipótese dos autos o disposto no art. 1º da Lei 9.873/1999, que estabelece que, nos casos em que o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição rege-se pelo prazo previsto na lei penal. Isso porque a instância de origem apenas consignou que as condutas imputadas ao gestor público não caracterizavam crime, sendo impossível depreender do acórdão recorrido a causa da aplicação da multa. Dessa forma, é inviável, em Recurso Especial, analisar as provas dos autos para verificar se a causa da imputação da multa também constitui crime (Súmula 7/STJ).

4. Recursos Especiais parcialmente providos para afastar a prescrição relativamente ao ressarcimento por danos causados ao Erário.

22. Eis a preciosa lição de José Afonso da Silva (SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros. 2006. p. 673.):

A prescritibilidade, como forma de perda da exigibilidade de direito, pela inércia de seu titular, é um princípio geral de direito. Não será, pois, de estranhar que ocorram prescrições administrativas sob vários aspectos, quer quanto às pretensões de interessados em face da Administração, quer quanto às destas em face de administrados. Assim é especialmente em relação aos ilícitos administrativos. Se a Administração não toma providência à sua apuração e a responsabilização do agente, a sua inércia gera a perda do seu **ius persecuendi**. É o princípio que consta do art. 37, § 5º, que dispõe: 'A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento'. Vê-se, porém, que há uma ressalva ao princípio. Nem tudo prescreverá. Apenas a apuração e punição do ilícito, não porém, o direito da Administração ao ressarcimento, à indenização, do prejuízo causado ao erário. É uma ressalva constitucional e, pois, inafastável, mas, por certo, destoante dos princípios jurídicos, que não socorre quem fica inerte (**dormientibus non succurrit ius**).

23. Na visão Ministerial, na esteira de precedentes do STJ, a Corte, no exercício de sua missão constitucional, nos termos do art. 71 da CF/88, em face dos princípios da segurança jurídica e razoável duração do processo, não pode deixar de observar os limites temporais para aplicação de sanções aos responsáveis por prática de atos ilícitos, mormente porque a Constituição Federal admite, como regra excepcional, apenas a imprescritibilidade das ações de ressarcimento e dos crimes de prática do racismo e da ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

24. Nesse contexto, de fato, ocorre a prescrição no âmbito dos tribunais de contas em relação à aplicação de penalidades, o que demanda solucionar questões relativas ao prazo prescricional, à data de início da contagem do prazo e às causas de suspensão ou interrupção do prazo.

25. Quanto ao prazo prescricional, é defendida por diversos autores a prescrição quinquenal, em virtude de estar presente em muitos dispositivos que tratam da matéria:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

- este é o prazo prescricional para propositura de ações populares contra atos lesivos ao patrimônio público, conforme dispõe o art. 21 da lei n.º 4.717, de 19.06.65;
- é o prazo definido no art. 23 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)
- da mesma forma, este também é o prazo prescricional de dívidas passivas da Fazenda Pública (Dec. Nº 20.910, de 06.01.32, art. 10; e Dec.-lei nº 4.597, de 19.08.42, art. 2º);
- •por sua vez, este é o prazo em que prescreve a ação correspondente ao direito de pleitear a restituição de tributos pagos indevidamente (Código Tributário Nacional, art. 168 e 174);
- e ainda é o prazo para a Administração anular seu atos inválidos dos quais hajam decorrido efeitos favoráveis ao administrado, salvo comprovada má-fé, consoante art. 54 da Lei 9.784, de 29.1.99, disciplinadora do processo administrativo.

26. Nesse sentido, vale registrar recente decisão prolatada em sede de Medida Cautelar em Mandado de Segurança, de relato do Ministro Luís Roberto Barroso, em juízo perfunctório, sem prejuízo de um melhor exame da questão quando da decisão final:

MS 32201 MC / MS - MATO GROSSO DO SUL

MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA

Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO

Julgamento: 16/10/2013

DJe-209 DIVULG 21/10/2013 PUBLIC 22/10/2013

Partes

IMPTE.(S) : CELSO CESTARI PINHEIRO

ADV.(A/S) : JOAQUIM BASSO

IMPDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Ementa: TRIBUNAL DE CONTAS. APLICAÇÃO DE PENALIDADE. PRESCRIÇÃO. 1. É plausível a incidência do prazo prescricional quinquenal às multas aplicadas pelo Tribunal de Contas da União. 2. Medida liminar deferida.

Trata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado contra ato do Tribunal de Contas da União que condenou o impetrante ao pagamento de pena de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Sustenta-se na inicial que a referida penalidade teria sido atingida pela prescrição, bem como que o impetrante não poderia ser responsabilizado, na forma da legislação que entende aplicável.

A autoridade impetrada prestou informações, em que sustentou a regularidade do ato questionado.

É o relatório. Decido o pedido liminar.

Considero plausível a alegação de prescrição da pena de multa, uma vez que se passaram mais de cinco anos entre a exoneração do impetrante do cargo no qual praticou os atos pelos quais foi responsabilizado (14.02.2003, cf. doc. 74), e a sua



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

notificação para apresentar razões, isto é, 15.09.2008, conforme reconhecido pela própria autoridade impetrada.

Note-se que não se trata da pretensão de ressarcimento referida no art. 37, § 5º, da Constituição da República, e sim de pretensão de aplicação de pena de multa por órgão fiscalizatório.

A autoridade impetrada sustenta nas informações que não exerce poder de polícia, e sim controle externo previsto constitucionalmente. Assim, entende inaplicável a Lei nº 9.873/99, e, em razão da inexistência de disposição específica acerca de prazo prescricional, defende a incidência do lapso decenal geral, previsto no art. 205 do Código Civil. No entanto, como já defendi em estudo sobre o tema (“A prescrição administrativa no direito brasileiro antes e depois da Lei nº 9.873/99”, in: Temas de direito constitucional, tomo I, 2ª ed., 2006, p. 495-532), o direito administrativo tem autonomia científica, razão pela qual não há nenhuma razão plausível pela qual se deva suprir a alegada omissão com recurso às normas de direito civil, e não às de direito administrativo.

Como se sabe, o prazo prescricional referencial em matéria de direito administrativo é de cinco anos, seja contra ou a favor da Fazenda Pública, como decorrência de um amplo conjunto de normas: Decreto nº 20.910/32; CTN, arts. 168, 173 e 174; Lei nº 6.838/80, art. 1º; Lei nº 8.112/90, art. 142, I; Lei nº 8.429/92, art. 23; Lei nº 12.529/2011, art. 46; entre outros.

Num primeiro exame, considero que o prazo começa a correr não da data em que o Tribunal de Contas da União toma conhecimento dos fatos, mas sim da data da prática do ato. Não se trata de exigir o impossível da autoridade impetrada, mas apenas de se constatar que a pessoa sujeita ao poder de fiscalização não pode ficar eternamente sujeita à demora dos órgãos de controle em apurar os fatos e tomar as medidas cabíveis.

Tais constatações – que não demandam dilação probatória – são suficientes para reconhecer a plausibilidade das alegações do impetrante.

O perigo na demora também está presente, uma vez que a condenação pelo Tribunal de Contas é definitiva e já foi formalizado processo de cobrança executiva da multa (doc. 75).

Diante do exposto, sem prejuízo de um melhor exame da questão quando da decisão final, defiro o pedido liminar, para determinar a suspensão da exigibilidade da multa a que foi condenado o impetrante.

Comunique-se esta decisão à autoridade impetrada.

Intime-se pessoalmente a Advocacia-Geral da União.

Em seguida, encaminhem-se os autos para manifestação da Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 16 de outubro de 2013.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

27. Comungo desse entendimento nas hipóteses em que o TCDF aplica penalidades decorrentes da atuação ordinária da Corte relativamente aos ilícitos não relacionados diretamente à prática de crime ou à Lei de Improbidade, mas tão somente às



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

irregularidades administrativas não passíveis de punição prevista na lei penal, a exemplo das multas previstas nos incisos IV e VII do art. 57 da LC nº 1/94, respectivamente, não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, de diligência do Conselheiro Relator ou de decisão do Tribunal e reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.

28. Corroborar tal conclusão a fixação desse prazo na Constituição Federal em casos de não cometimento de crime, a exemplo do prazo prescricional previsto no inciso XXIX do art. 7º (“ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho”) e das hipóteses previstas no caput do art. 191 (“Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade”) e **caput** do art. 19 do ADCT (“Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público”).

29. Nesse sentido a decisão prolatada no MS 25116, de relato do Ministro Ayres Brito:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NEGATIVA DE REGISTRO A APOSENTADORIA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.

1. O impetrante se volta contra o acórdão do TCU, publicado no Diário Oficial da União. Não exatamente contra o IBGE, para que este comprove o recolhimento das questionadas contribuições previdenciárias. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada.

2. Infundada alegação de carência de ação, por ausência de direito líquido e certo. Preliminar que se confunde com o mérito da impetração.

3. A inércia da Corte de Contas, por mais de cinco anos, a contar da aposentadoria, consolidou afirmativamente a expectativa do ex-servidor quanto ao recebimento de verba de caráter alimentar. Esse aspecto temporal diz intimamente com: a) o princípio da segurança jurídica, projeção objetiva do princípio da dignidade da pessoa humana e elemento conceitual do Estado de Direito; b) a lealdade, um dos conteúdos do princípio constitucional da moralidade administrativa (caput do art. 37). São de se reconhecer, portanto, certas situações jurídicas subjetivas ante o Poder Público, mormente quando tais situações se formalizam por ato de qualquer das instâncias administrativas desse Poder, como se dá com o ato formal de aposentadoria.

4. A manifestação do órgão constitucional de controle externo há de se formalizar em tempo que não desborde das pautas elementares da razoabilidade. Todo o Direito Positivo é permeado por essa preocupação com o tempo enquanto figura jurídica, para que sua prolongada passagem em aberto não opere como fator de séria instabilidade inter-subjetiva ou mesmo intergrupar. A própria Constituição Federal de 1988 dá conta de institutos que têm no perfazimento de um certo lapso temporal a sua própria razão de ser. Pelo que existe uma espécie de tempo constitucional médio que resume em si,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

objetivamente, o desejado critério da razoabilidade. Tempo que é de cinco anos (inciso XXIX do art. 7º e arts. 183 e 191 da CF; bem como art. 19 do ADCT).

5. O prazo de cinco anos é de ser aplicado aos processos de contas que tenham por objeto o exame de legalidade dos atos concessivos de aposentadorias, reformas e pensões. Transcorrido in albis o interregno quinquenal, a contar da aposentadoria, é de se convocar os particulares para participarem do processo de seu interesse, a fim de desfrutar das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (inciso LV do art. 5º).

6. Segurança concedida.

30. Contudo, nos casos em que o Tribunal, no exercício de sua missão constitucional, aplica penalidades aos responsáveis por ilícitos praticados contra a Administração Pública, tipificados como crimes pela legislação própria ou enquadrados na Lei de Improbidade, ousou discordar desse entendimento. No ponto, entendo plausível a aplicação de prazos prescricionais, início da contagem do prazo e causas de suspensão ou interrupção previstos no direito penal para ilícitos tipificados como crimes e de prazo prescricional de cinco anos para os ilícitos enquadrados na Lei de Improbidade Administrativa, cujo prazo é contado em conformidade com o art. 23 da Lei nº 8.429/92, **verbis**:

Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:

I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II - dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

31. Como se vê, a própria Lei de Improbidade Administrativa indica o prazo prescricional de cinco anos e a data de início de sua contagem, no caso de sanção aplicada a servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança. Tratando-se de servidor ocupante de cargo efetivo, o prazo prescricional para aplicação de penalidades é o estabelecido em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão. O art. 142, inciso I, da Lei nº 8.112/90 estabelece a prescrição em cinco anos, prazo mantido pelo art. 208, inciso I, da Lei Complementar nº 840/11, que também estabelece as datas de início de contagem e as causas de suspensão ou interrupção.

32. Quanto aos ilícitos tipificados como crime o instituto da prescrição, no entender deste representante do **Parquet**, deve ser aplicado, em sua inteireza, em consonância com o delineado na legislação penal, conforme demonstrado a seguir.

33. Na esfera federal, o art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.873/99 (*“Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição rege-se-á pelo prazo previsto na lei penal”*), que estabelece *“prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta”*, remete o prazo prescricional à lei penal quando o fato objeto da ação punitiva também constituir crime. Também o art. 142, § 2º, da Lei nº 8.112/90 (*“Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime”*), nas hipóteses em que as infrações



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

disciplinares forem capituladas como crime, estabelece o prazo prescricional previsto na lei penal, cuja aplicação já foi confirmada no âmbito do Supremo Tribunal Federal:

RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 32.034 DISTRITO FEDERAL

RELATORA :MIN. CÁRMEN LÚCIA

RECTE.(S) :ALFREDO HIROSHI ABE E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) :HUMBERTO AIDAMUS DE LAMÔNICA FREIRE E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) :UNIÃO

ADV.(A/S) :ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA NÃO CONFIGURADA. INFRAÇÕES DISCIPLINARES CAPITULADAS COMO CRIME. PRAZO FIXADO A PARTIR DA LEI PENAL (ART. 142, § 2º, DA LEI N. 8.112/1990). PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE DE DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DAS IRREGULARIDADES EM APURAÇÃO. INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS PARA APLICAÇÃO DA PENA. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

34. No âmbito do Distrito Federal, o art. 208 da Lei Complementar nº 840/11 cuida da prescrição da ação disciplinar:

Art. 208. A ação disciplinar prescreve em:

I – cinco anos, quanto à demissão, destituição de cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

II – dois anos, quanto à suspensão;

III – um ano, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da primeira data em que o fato ou ato se tornou conhecido pela chefia da repartição onde ele ocorreu, pela chefia mediata ou imediata do servidor, ou pela autoridade competente para instaurar sindicância ou processo disciplinar.

§ 2º A instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, uma única vez.

§ 3º Interrompida a prescrição, sua contagem é reiniciada depois de esgotados os prazos para conclusão do processo disciplinar, previstos nesta Lei Complementar, incluídos os prazos de prorrogação, se houver.

§ 4º O prazo de prescrição fica suspenso enquanto a instauração ou a tramitação do processo disciplinar ou a aplicação de sanção disciplinar estiver obstada por determinação judicial.

§ 5º Os prazos de prescrição previstos na lei penal, havendo ação penal em curso, aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

35. É de se notar que nas infrações disciplinares capituladas como crime a Administração Pública distrital deve observar o prazo prescricional previsto na lei penal, se houver ação penal em curso. A diferença em relação à esfera federal é que a ação penal deve estar em curso.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

36. Ora, se a legislação estabelece que a Administração, dentro do seu poder disciplinar, deve observar os prazos previstos na legislação penal nos casos em que as infrações disciplinares forem capituladas também como crime, com mais razão ainda deve prosperar o entendimento de que a Corte, nos casos em que os ilícitos praticados são também tipificados como crime, por analogia, deve observar além do prazo prescricional, a data de início de contagem e as causas de suspensão ou interrupção previstos na legislação penal.

37. Assim, à míngua de legislação específica sobre a prescrição da pretensão punitiva da Corte, por analogia, o instituto da prescrição, em relação às hipóteses em que os ilícitos praticados também podem ser tipificados como crime, deve ser aplicado em sua inteireza, conforme delineado na legislação penal, com as adaptações pertinentes.

38. Os prazos prescricionais são os previstos no art. 109 do Decreto-Lei nº 2.848/40, calculados em função da pena máxima a ser cominada:

- vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze;
- dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze;
- doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;
- oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;
- quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;
- 3 (três) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano.

39. Vale ressaltar que tais prazos, a teor do art. 115, devem ser reduzidos pela metade quando o ato ilícito for praticado por menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da decisão, por maior de 70 (setenta) anos.

40. Além do prazo prescricional, deve ser observada também a data em que a prescrição começa a correr, efetuando-se as pertinentes adaptações, conforme estabelecido no Código Penal, ou seja, da data em que o ato foi praticado.

41. Já as causas de suspensão do prazo prescricional constam tanto do Código Penal e do Código de Processo Penal. Pelo Código Penal, art. 116, a prescrição também não corre *“enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime”* enquanto que no Código de Processo Penal foram estabelecidas duas outras hipóteses de suspensão, as previstas nos arts. 366 e 368. A primeira diz respeito à suspensão do prazo prescricional quando o interessado, devidamente citado, não atender à citação (não comparecer aos autos). A segunda refere à suspensão do prazo quando houver necessidade de citação por carta rogatória.

42. Por outro lado, a prescrição, pelo Código Civil interrompe-se pela citação regular. Todavia, a hipótese é de interrupção prevista no Código Penal, nos termos do art. 117 do Código Penal: pelo recebimento de denúncia, pela publicação de decisão recorrível, pelo início do cumprimento da penalidade aplicada ou pela reincidência.

43. Nesse contexto, passo a examinar os casos em exame. Como dito alhures os Srs. Roberto Gonçalves Jorge e Wilian Vieira Pereira apresentaram *“justificativas pela emissão do Alvará de Construção nº 434/2002, referente ao Posto de Combustíveis localizado na QS 519, Conjunto D, Lote 1, Samambaia/DF, sem o recolhimento da ONALT ou,*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

querendo, a fim de comprovar o já alegado, encaminhem ao Tribunal documentos hábeis que comprovem a suposta falsificação, tais como, por exemplo, exames grafotécnicos, Boletim de Registro de Ocorrência Policial, etc.”.

44. Significa dizer que, antes da emissão do Alvará de Construção nº 434/02, não houve recolhimento da ONALT em face da não indicação, pelos justificantes, da obrigatoriedade de seu pagamento antes de emitir o referido alvará, conforme estabelecido no art. 6º da Lei Complementar nº 294/00 (instituiu a ONALT), **verbis**:

Art. 6º A expedição do Alvará de Construção ou Alvará de Funcionamento estará condicionada ao pagamento do débito relativo ao valor integral da outorga onerosa da alteração de uso ou, em caso de pagamento parcelado, limitado em até doze parcelas mensais a sucessivas, à quitação da primeira parcela ou das parcelas vencidas até a data da liberação do Alvará.

45. Vale registrar que o TJDF, na Arguição de Inconstitucionalidade n. 2012.00.2.006872-8, declarou a constitucionalidade do art. 6º da Lei Complementar Distrital n. 294/00:

ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 6º DA LEI COMPLEMENTAR DISTRITAL Nº 294/2000. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO CONDICIONADO AO PAGAMENTO DA OUTORGA ONEROSA DE ALTERAÇÃO DE USO - ONALT. EXIGIBILIDADE QUE CONCRETIZA A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE. REDAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE REJEITADA

46. Observe-se que o art.110 da LC nº 370/01 (aprova o PDL da Região Administrativa de Samambaia) estabelece que será aplica a outorga onerosa da alteração de uso à atividade de posto de abastecimento de combustível, devendo ser recolhido a ONALT antes da emissão do alvará de construção, **verbis**:

Art. 110. Será aplicada a outorga onerosa da alteração de uso, atendido o disposto nesta Lei Complementar, às atividades discriminadas a seguir:

I - habitação coletiva, com exceção dos casos previstos no caput do art. 72;

II - posto de abastecimento de combustível.

§ 1º Aplica- se a outorga onerosa da alteração de uso às atividades acima discriminadas em relação àquelas permitidas pelas Normas de Edificação, Uso e Gabarito vigentes até a data da publicação desta Lei Complementar e especificadas no anexo VI.

§ 2º A expedição do alvará de construção e o licenciamento da atividade pela Administração Regional ficam condicionados ao pagamento do valor relativo à outorga onerosa.

47. O Decreto nº 22.121/01, que regulamenta a LC nº 294/00, aplicável à época da ocorrência dos fatos (agosto/2002), estabeleceu alguns procedimentos, dentre os quais se destaca a obrigatoriedade de o interessado apresentar na Administração Regional o comprovante de pagamento da ONALT:

Art. 3º Os Planos Diretores Locais aprovados determinarão as atividades permitidas e aquelas passíveis de ONALT.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Art. 4º As modificações ou extensões de uso serão objeto de processo administrativo a ser autuado na Administração Regional, instruído de requerimento do proprietário do imóvel, ou seu procurador, representante legal ou estatutário, e documento de propriedade do imóvel.

Art. 5º A Administração Regional verificará a possibilidade de implantação da atividade e de aplicação da ONALT, nos termos do respectivo PDL, com posterior encaminhamento do processo à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP para emissão de Laudo de Avaliação.

Art. 6º O interessado recolherá na TERRACAP o valor correspondente aos honorários relativos à avaliação, cujo comprovante será anexado ao processo.

Art. 7º Após a emissão do Laudo de Avaliação, a TERRACAP retomará o processo à Administração Regional, que comunicará ao interessado o valor da ONALT e providenciará o seu aceite, que será anexado ao processo.

Art. 8º Para a expedição do Alvará de Construção o interessado deverá apresentar na Administração Regional competente o recibo de pagamento da ONALT.

Art. 9º - No caso em que o PDL exigir a elaboração de Estudo Prévio de Viabilidade Técnica - EPVT para a implantação de determinada atividade, a Administração Regional deverá encaminhar o processo administrativo à Subsecretaria de Urbanismo e Preservação - SUDUR da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH para a realização do EPVT, antes do envio do processo à TERRACAP.

48. Como se observa, a legislação exigia e exige o comprovante de pagamento da ONALT para que a Administração Regional emita o Alvará de Construção, o que não ocorreu na hipótese vertente. Portanto, os justificantes, ao deixarem de exigir os comprovantes de pagamento da ONALT, conforme previsto na legislação vigente, emitiram o Alvará de Construção sob premissa falsa, ante a ausência de pagamento da ONALT, em prejuízo do Distrito Federal. Em outras palavras, “fabricou” o referido alvará, uma vez que não poderia ter sido emitido sem o pagamento da ONALT.

49. O Código Penal estabelece para o crime de falsificação de papeis públicos (falsificar, fabricando-os ou alterando-os) pena máxima de oito anos, o que implica prazo prescricional de doze anos para a Corte aplicar as penalidades pertinentes, contados da data da ocorrência dos fatos, consubstanciado no Alvará de Construção nº 434/2002, de 22.08.2002.

50. Vale ressaltar ainda que, nos termos do art. 116, inciso I, do Código Penal, a prescrição não corre “*enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime*”, razão pela qual a prescrição foi suspensa, desde a data de autuação do Processo nº 13.825/2007 (27.04.2007), que cuida de “*Auditoria de regularidade efetivada na Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal em atendimento ao Plano Geral de Ação para o exercício de 2007, aprovado pela Decisão nº 92/2006*”, no qual foram detectadas as irregularidades em comento, especialmente, a partir de 2002.

51. Ante o exposto, considerando que nos casos em exame ainda não transcorreu o prazo prescricional para a Corte aplicar as penalidade pertinentes, opina este **Parquet** especializado por que o e. Tribunal considere improcedentes as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Roberto Gonçalves Jorge e Wilian Vieira Pereira, aplicando-lhes a



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

multa prevista no art. 57, inciso II, da LC nº 1/94, em razão da emissão do Alvará de Construção nº 434/2002, referente ao Posto de Combustíveis localizado na QS 519, Conjunto D, Lote 1, Samambaia/DF, sem o recolhimento da ONALT, portanto, em desacordo com o art. 6º da LC nº 294/00, com o art. 110 da LC nº 370/01.

É o parecer.

Brasília/DF, 11 de dezembro de 2013.

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE
Procurador